

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Constitucional

Teoria da Constituição: Eficácia das normas

Período 2010 - 2016

1) FCC - Procurador do Ministério Público - TCE - SP (2011)

Considera-se de eficácia limitada a norma constitucional segundo a qual

- a) os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- b) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, assim definido em lei.
- c) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- e) os trabalhadores urbanos e rurais têm direito à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

2) CESPE - Procurador Federal - AGU (2010)

A respeito das normas constitucionais programáticas, julgue o seguinte item.

De acordo com entendimento do STF, configura exemplo de norma constitucional programática o preceito constitucional segundo o qual a política agrícola deve ser planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo tanto produtores e trabalhadores rurais, como setores de comercialização, de armazenamento e de transportes.

- () Certo
- () Errado

3) FEPESE - Auditor Fiscal da Receita Estadual - SEF - SC (2010)

Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é correto afirmar:

- a) Normas constitucionais de eficácia limitada podem, apenas, ser restringidas por leis ou atos normativos.
- b) Normas de eficácia plena são as que determinam a criação de novas instituições públicas.
- c) Normas programáticas são aquelas cujo conteúdo remete-se a direitos fundamentais de primeira dimensão.
- d) Normas constitucionais de eficácia contida são de aplicabilidade direta e imediata, podendo ser restringidas por norma ulterior.
- e) Políticas públicas são normatizadas por normas de eficácia contida.

4) FEPESE - Auditor Fiscal da Receita Estadual - SEF - SC (2010)

Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é correto afirmar:

- a) As normas constitucionais que conferem isenções, imunidades ou prerrogativas são típicas normas de

eficácia limitada.

- b) Quando a norma infraconstitucional ajusta-se aos preceitos da constituição, sua validade é formal.
- c) Normas constitucionais que contenham vedações ou proibições são típicas normas de eficácia plena.
- d) Normas constitucionais que não indiquem processo especial de elaboração são de eficácia contida.
- e) As normas de eficácia limitada não podem incidir nos limites da sua eficácia traçada pela Constituição.

5) FEPESE - Auditor Fiscal da Receita Estadual - SEF - SC (2010)

Com respeito ao modelo constitucional brasileiro, é correto afirmar:

- a) As normas programáticas, por serem princípios, também possuem eficácia interpretativa.
- b) O legislador não pode ser destinatário imediato de normas programáticas
- c) As normas programáticas não podem tratar de matéria atinente a políticas públicas.
- d) Os direitos fundamentais de segunda dimensão não podem ser objeto de normas programáticas.
- e) A eficácia ab-rogativa das normas programáticas não impede que legislação ulterior restrinja algum direito subjetivo por elas consagrado.

6) CESPE - Defensor Público - DPGE - MA (2011)

O parágrafo único do art. 170 da CF, que assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei, traduz norma de eficácia

- a) contida.
- b) limitada.
- c) reduzida.
- d) plena.
- e) programática.

7) INSTITUTO CIDADES - Defensor Público - DPGE - AM (2011)

No art. 196 da Constituição Federal está estabelecido que a "saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". A referida norma é:

- a) programática, mas, não obstante essa característica, se algum paciente carente com patologia crônica com indiscutível risco de morte necessitar de remédio de alto custo não fornecido pelo SUS – Sistema Único de Saúde –, será possível mover ação judicial para sua obtenção e, se houver recurso, em última instância a pretensão será acolhida.
- b) de eficácia contida, portanto, lei ordinária federal poderá restringir os casos em que o Sistema Único de Saúde fornecerá assistência farmacêutica e médico-hospitalar.
- c) de eficácia complementável, portanto, deverá ser colmatada pelo legislador infraconstitucional, sob pena de não produzir qualquer efeito jurídico.

d) de eficácia plena, portanto, se algum paciente carente com patologia crônica com indiscutível risco de morte necessitar de remédio de alto custo não fornecido pelo SUS – Sistema Único de Saúde –, será possível mover ação judicial para sua obtenção e, se houver recurso, em última instância a pretensão será acolhida.

e) de eficácia plena, portanto, se algum paciente carente com patologia crônica com indiscutível risco de morte necessitar de remédio de alto custo não fornecido pelo SUS – Sistema Único de Saúde –, será possível mover ação judicial para sua obtenção, mas, no entanto, se houver recurso, em última instância a pretensão não será acolhida.

8) CESPE - Inspetor de Polícia Civil - CE (2012)

Julgue o item que se segue, acerca do direito constitucional, considerando a Constituição da República de 1988 (CF).

Em sua maioria, as disposições constitucionais são não autoaplicáveis, ou têm sua eficácia contida e(ou) limitada, porque a CF não se executa a si mesma, mas impõe ou requer a ação legislativa para tornar efetivos os seus preceitos. Contudo, todas as normas constitucionais são imperativas, de cumprimento obrigatório e vinculam o legislador ordinário.

- Certo
 Errado

9) FCC - Defensor Público - DPGE - SP (2010)

Utilizando-se a classificação de José Afonso da Silva no tocante a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, a norma constitucional inserida no artigo 5o, XII: "é inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal", pode ser classificada como norma

- a) de eficácia plena, isto é, de aplicabilidade direta, imediata e integral, não havendo necessidade de lei infraconstitucional para resguardar o sigilo das comunicações.
b) de eficácia limitada, isto é, de aplicabilidade indireta, mediata e não integral, ou seja, o sigilo somente poderá ser garantido após a integração legislativa infraconstitucional.
c) de eficácia contida, isto é, de aplicabilidade direta, imediata, porém não integral, ou seja, a lei infraconstitucional poderá restringir sua eficácia em determinadas hipóteses.
d) com eficácia relativa restringível, isto é, o sigilo pode ser limitado em hipóteses previstas em regramento infraconstitucional.
e) de eficácia relativa complementável ou dependente de complementação legislativa, isto é, depende de lei complementar ou ordinária para se garantir o sigilo das comunicações.

10) CESPE - Técnico Administrativo - MPU (2010)

A respeito dos princípios fundamentais, das garantias fundamentais e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

As normas de eficácia plena não exigem a elaboração de novas normas legislativas que lhes completem o alcance e o sentido ou lhes fixem o conteúdo; por isso, sua aplicabilidade é direta, ainda que não integral.

- Certo
 Errado

11) ESAF - Procurador da Fazenda Nacional - PGFN (2012)

Sobre as classificações atribuídas às normas constitucionais, é incorreto afirmar que

- a) são classificadas como regras as normas constitucionais que descrevem condutas no modelo binário permissão-proibição.
b) entre outras possíveis classificações, as normas constitucionais podem ser qualificadas como regras, princípios ou normas de competência.
c) "norma de eficácia contida", ou "norma de eficácia restringível", é aquela que independe de regulação infraconstitucional para a sua plena eficácia, porém pode vir a ter a sua eficácia ou o seu alcance restringido por legislação infraconstitucional.
d) na tradição da doutrina norte-americana, incorporada por diversos autores brasileiros, as normas não auto-aplicáveis são aquelas que independem de regulação infraconstitucional para a sua plena eficácia.
e) "norma de eficácia limitada", ou "norma de eficácia relativa", é aquela que depende de legislação infraconstitucional para a sua plena eficácia.

12) CESPE - Analista - MPU (2010)

Considerando a aplicabilidade, a eficácia e a interpretação das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

As normas de eficácia contida permanecem inaplicáveis enquanto não advier normatividade para viabilizar o exercício do direito ou benefício que consagram; por isso, são normas de aplicação indireta, mediata ou diferida.

- Certo
 Errado

13) CESPE - Analista - MPU (2010)

Considerando a aplicabilidade, a eficácia e a interpretação das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

As normas constitucionais de eficácia limitada são desprovidas de normatividade, razão pela qual não

surtem efeitos nem podem servir de parâmetro para a declaração de inconstitucionalidade.

- Certo
 Errado

14) FEMPERJ - Analista de Controle Externo - TCE - RJ (2012)

A natureza da norma constitucional do artigo 5º, inciso XIII, da CRFB ("é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer"), é de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade imediata;
b) plena e aplicabilidade mediata;
c) contida e aplicabilidade imediata;
d) limitada ou reduzida, definidora de princípio institutivo;
e) limitada ou reduzida, definidora de princípio programático.

15) CESPE - Analista Judiciário - TRE - RJ (2012)

Julgue o item a seguir, relativo aos direitos sociais e de nacionalidade previstos na Constituição Federal de 1988 (CF).

As normas que tratam de direitos sociais são de eficácia limitada, ou seja, de aplicabilidade mediata, já que, para que se efetivem de maneira adequada, se devem cumprir exigências como prestações positivas por parte do Estado, gastos orçamentários e mediação do legislador.

- Certo
 Errado

16) FCC - Analista Judiciário - TRT 1ª Região (2011)

Os remédios constitucionais são tidos por normas constitucionais de eficácia

- a) plena.
b) limitada.
c) contida.
d) mediata.
e) indireta.

17) FCC - Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - SEFAZ - SP (2010)

As normas constitucionais de eficácia contida são dotadas de aplicabilidade direta e imediata, mas não integral, porque sujeitas a restrições. Observa-se que tais restrições podem ser impostas

- a) pelo legislador constitucional, por outras normas constitucionais e como decorrência do uso de

conceitos ético-jurídicos consagrados.

- b) pelo legislador comum, pelos Tribunais Superiores e pelos Chefes do Poder Executivo.
- c) pela União Federal, pelos Estados-membros, pelo Distrito Federal e pelos Municípios com exclusão dos Territórios Federais.
- d) por outras normas constitucionais, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo órgão superior do Ministério Público Federal.
- e) pelo Conselho da República, pela União Federal, pelos Estados-membros e como decorrência de conceitos ético-jurídicos consagrados.

18) ESAF - Analista Técnico de Políticas Sociais - MPOG (2012)

Quanto à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.

I. Normas constitucionais de eficácia limitada são de aplicabilidade mediata e reduzida, também conhecida como de aplicabilidade diferida.

II. Normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral, são também conhecidas como normas autoaplicáveis.

III. Normas constitucionais de eficácia contida ou prospectiva têm aplicabilidade direta e imediata, mas possivelmente não integral, e são também conhecidas como de eficácia redutível ou restringível, apesar de sua aplicabilidade plena.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas III e II estão corretas.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) As assertivas I, II e III estão corretas.

19) FCC - Analista Judiciário - TST (2012)

Considere a seguinte norma constitucional prevista no artigo 5o, XV, da Constituição Federal de 1988: É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Trata-se de norma de eficácia

- a) plena.
- b) limitada.
- c) contida.
- d) exaurida.
- e) absoluta.

20) CESPE - Técnico Administrativo - IBAMA (2012)

Acerca da Constituição Federal de 1988 (CF) e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

Para que as normas constitucionais de eficácia limitada produzam todos os seus efeitos, é necessária a atuação do legislador ordinário, não obstante o fato de essas normas possuírem eficácia jurídica imediata, direta e vinculante.

- () Certo
- () Errado

21) CESPE - Analista Judiciário - TRE - MS (2013)

Com relação às normas da Constituição Federal de 1988 e aos princípios fundamentais, assinale a opção correta.

- a) construção de uma sociedade livre, justa e solidária constitui-se em um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Por suas características, essa norma é definida como programática.
- b) As normas de eficácia limitada são aquelas que a CF regulou suficientemente.
- c) É princípio fundamental da República Federativa do Brasil a dissolubilidade do vínculo federativo, dado o direito de secessão dos estados e municípios.
- d) As normas constitucionais de eficácia plena não admitem qualquer tipo de regulamentação legal.
- e) A norma constitucional que estabelece que a lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos territórios, prevista no art. 33 da CF, é classificada como de eficácia contida.

22) CEPERJ - Analista de Controle Interno - SEFAZ - RJ (2012)

A Constituição Federal estabelece que o servidor público tem direito a livre associação e que o direito de greve será estabelecido por lei específica. Em caso de ausência de lei específica, cabe o órgão do Poder Judiciário ao qual compete julgar a ação cabível para solver tal situação é:

- a) Tribunal Superior do Trabalho
- b) Superior Tribunal de Justiça
- c) Supremo Tribunal Federal
- d) Superior Tribunal Militar
- e) Tribunal Superior Eleitoral

23) FMP - Defensor Público - DPGE - RO (2010)

O art. 5º, XXXVII, da CF, dispõe que não haverá juízo ou tribunal de exceção. Levando em conta a sua eficácia, esta norma constitucional classifica-se como de aplicabilidade

- a) limitada.
- b) contida.
- c) plena.
- d) reduzida.
- e) restringível.

24) CESPE - Técnico Judiciário - CNJ (2013)

Acerca do sistema constitucional brasileiro, julgue o item que se segue.

A norma constitucional que proclama e assegura a liberdade de profissão, ao dispor ser “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”, classifica-se como norma constitucional de eficácia contida ou restringível.

- Certo
 Errado

25) CESPE - Analista Judiciário - CNJ (2013)

Julgue o item seguinte, referente à teoria constitucional.

A norma programática vincula os comportamentos públicos futuros, razão pela qual, no Brasil, todas as normas constitucionais são imperativas e de cumprimento obrigatório.

- Certo
 Errado

26) CESPE - Analista Judiciário - CNJ (2013)

Acerca de direito constitucional, julgue o item a seguir. Nesse sentido, considere que as siglas CF e STF, sempre que empregadas, referem-se, respectivamente, a Constituição Federal de 1988 e a Supremo Tribunal Federal.

O direito à saúde tem aplicabilidade mediata, uma vez que, desde sua inserção na CF, veicula um programa a ser implementado pelo Estado, que deve, para que esse direito produza todos os seus efeitos, editar lei infraconstitucional, o que caracteriza a disposição na CF sobre o direito à saúde como uma norma constitucional de eficácia contida, de acordo com a doutrina pertinente.

- Certo
 Errado

27) CESPE - Analista Judiciário - TJ - DFT (2013)

Em relação ao direito constitucional, julgue o item a seguir.

Segundo a tradicional classificação quanto ao grau de aplicabilidade das normas constitucionais, normas de eficácia limitada são aquelas que, de imediato, no momento em que a Constituição é promulgada, não têm o condão de produzir todos os seus efeitos, sendo necessária a edição de uma lei integrativa infraconstitucional. São, portanto, de aplicabilidade mediata e reduzida, também chamada de aplicabilidade indireta ou diferida.

- Certo
 Errado

28) FCC - Analista Judiciário - TRT - 8ª Região (2010)

As normas que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos de conceitos gerais nelas enunciados, são classificadas de eficácia

- a) programática.
b) plena.
c) limitada.
d) contida.
e) objetiva.

29) CESPE - Analista Judiciário - TRT - 10ª Região (2013)

Acerca dos princípios fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988 (CF) e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

É exemplo de norma constitucional de eficácia contida o dispositivo da CF que estabelece como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização.

- Certo
 Errado

30) CESPE - Técnico Administrativo - MPU (2013)

Com relação às normas constitucionais programáticas, julgue o item abaixo.

As normas programáticas, por sua natureza, não geram para os jurisdicionados o direito de exigir comportamentos comissivos, mas lhes facultam de demandar dos órgãos estatais que se abstenham de atos que infrinjam as diretrizes nelas traçadas.

- Certo
 Errado

Direito Constitucional

Teoria da Constituição: Eficácia das normas

Período: 2010 - 2016

Gabarito

1 A	2 CERTO	3 D	4 C	5 A
6 A	7 A	8 CERTO	9 C	10 ERRADO
11 D	12 ERRADO	13 ERRADO	14 C	15 CERTO
16 A	17 A	18 E	19 C	20 CERTO
21 A	22 C	23 C	24 CERTO	25 CERTO
26 ERRADO	27 CERTO	28 D	29 ERRADO	30 CERTO

